



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**  
**- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência a contratação de empresa para fornecimento de 150 (cento e cinquenta) unidades de implantes subdérmicos de etonogestrel (Implanon), destinados às ações de atenção à saúde da mulher, a fim de atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, assegurando a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

**2. DA ESPECIFICAÇÃO E QUANTIDADE DO ITENS A SEREM CONTRATADOS:**

ITEM	PRODUTO / SERVIÇO	UNIDADE	QUANT.	VALOR MÉDIO
1	IMPLANTE SUBDERMICO DE ETONOGESTREL 68 MG	UN	150	R\$683,11

2.1. O custo estimado total da contratação é de R\$102.466,50 (cento e dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos), conforme custo unitário constante da tabela acima.

**3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência contratual será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data de assinatura do contrato, podendo ser prorrogado conforme previsto na legislação vigente.

3.2. A aquisição de 150 unidades de implantes subdérmicos de etonogestrel (Implanon) destina-se ao fortalecimento da atenção à saúde da mulher no Município de São Gabriel do Oeste, visando atender à demanda reprimida e garantir a continuidade dos serviços no período de abril de 2026 a setembro de 2026. Atualmente, há uma lista de espera de aproximadamente 30 a 40 pacientes, cuja assistência encontra-se comprometida pela insuficiência de insumos. Conforme informado pela Secretaria de Estado de Saúde, embora tenha sido realizada aquisição centralizada do insumo, a quantidade disponibilizada mostrou-se insuficiente para contemplar todos os municípios, não havendo repasse do referido item ao Município até o presente momento.

3.3. A solicitação está amparada nas Portarias SCTIE/MS nº 13/2021 e SECTICS/MS nº 41/2025, nº 47/2025 e nº 48/2025, que tratam da incorporação e ampliação do uso de métodos contraceptivos reversíveis de longa duração (LARCs) no Sistema Único de Saúde (SUS). Também encontra respaldo no Protocolo Estadual de Saúde Reprodutiva – Uso de Contracepção Reversível de Longa Duração (LARCs), instituído pela Resolução nº 109/2022/SES/MS, atualmente em revisão pela Área Técnica de Saúde da Mulher da Secretaria de Estado de Saúde. O documento define o implante de etonogestrel 68 mg como um dos “LARCs Especiais”, ao lado dos dispositivos intrauterinos de levonorgestrel, sendo que alterações recentes no protocolo reduziram a variedade de opções disponíveis, o que reforça a necessidade de aquisição complementar em âmbito municipal.

3.4. A adoção da medida é fundamental para garantir a continuidade e a integralidade da assistência às usuárias, além de proporcionar impactos positivos à saúde pública, tais como a diminuição da incidência de gestações não planejadas, especialmente na adolescência, a redução de riscos e complicações obstétricas e o fortalecimento das ações de planejamento familiar. Tais resultados contribuem para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, bem como para a redução de custos futuros relacionados a atendimentos de maior complexidade.

3.5. A contratação pretendida encontra-se em consonância com o Planejamento Estratégico da





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**  
**- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

Secretaria Municipal de Saúde, que tem como diretrizes o fortalecimento da Atenção Primária, a ampliação do acesso aos serviços especializados e a promoção da equidade no atendimento. Nesse sentido, a instauração do processo licitatório para aquisição dos implantes subdérmicos de etonogestrel mostra-se essencial para o alcance das metas estabelecidas na política municipal de saúde, garantindo a oferta de serviços contínuos, resolutivos e de qualidade à população feminina, em conformidade com os princípios do Sistema Único de Saúde e com o compromisso da Administração Pública com o interesse coletivo.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

4.1. A descrição da solução como um todo para a aquisição de implantes subdérmicos de etonogestrel (Implanon) encontra-se detalhada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar – ETP

#### **5. DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

5.1.1. Sustentabilidade;

5.1.2. Os itens devem ser de boa qualidade, de forma que haja melhor relação custo x benefício;

5.1.3. Os itens utilizados devem ter baixo impacto sobre recursos naturais como ora, fauna, ar, solo e água;

5.1.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual;

5.1.5. Para garantir a transparência e a idoneidade da empresa contratada, visando garantir que a empresa contratada possui estrutura adequada, evitando possíveis fraudes. O não atendimento poderá impactar na continuidade da contratação.

5.1.6. Não haverá exigência da garantia da contratação dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, pelas razões abaixo justificadas;

5.1.7. Trata-se de aquisição de bens de maneira pontual em que somente serão pagos o(s) fornecedor(es) que entregar(em) efetivamente e em conformidade com o solicitado.

5.2. O produto deverá atender às seguintes características:

5.2.1. Cada item tem sua especificação bem definida, conforme tabela acima (item 2), que deverá ser minuciosamente observada pelo fornecedor;

5.2.2. O valor máximo para aquisição não poderá ser superior ao valor da tabela CMED.

5.2.3. Os produtos/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da notificação da empresa vencedora, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.2.4. O prazo de validade dos produtos na data da entrega deverá ser de pelo menos a metade do prazo total recomendado pelo fabricante, desde que não inferior a 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, salvo os casos em que o fabricante estipula o prazo de validade dos materiais inferior a mínimo exigido nesta cláusula, a partir da data de fabricação.

5.3. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.4. A fiscalização ficará a cargo de servidores pertencentes aos quadros do órgão contratante designado, lotado na unidade em que serão entregues os itens.

5.5. A falta do produto, cujo fornecimento incumbe à detentora do preço contratado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**  
**- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

fornecimento objeto deste Termo de Referência, e não eximirá a fornecedora das sanções a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos bem como as demais condições estabelecidas.

5.6. Em hipótese alguma serão aceitos produtos em desacordo com as condições pactuadas, ficando sob responsabilidade da CONTRATADA o controle de qualidade do fornecimento, bem como a repetição às suas próprias custas para correção de falhas, visando a apresentação da qualidade e resultados requisitados.

## **6. DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

6.1. O prazo para entrega dos produtos será de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da solicitação do órgão demandante, devendo ocorrer em remessa única.

6.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 03 (três) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

6.3. Os produtos deverão ser entregues na sede da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Martimiano Alves Dias, nº 1211, Centro, São Gabriel do Oeste/MS, em horário comercial, compreendido entre 07h às 11h e das 13h às 17h, de segunda a sexta-feira.

6.4. Os produtos/bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, pelo(a) responsável pelo almoxarifado, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

6.5. Os produtos/bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.6. Os produtos/bens serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.6.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **7. DO MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

**7.2. O instrumento do contrato será substituído pela Nota de Empenho e/ou Ordem de fornecimento.**

7.3. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133/2021, art. 117, caput).





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**  
**- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

7.3.1.O fiscal do contrato anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §1º);

7.3.2.O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência (Lei nº 14.133/2021, art. 117, §2º);

7.3.3.Durante todo o período de vigência deste contrato, a CONTRATADA deverá manter preposto aceito pela CONTRATANTE, para representá-la administrativamente sempre que for necessário;

7.3.4.A comunicação entre a fiscalização e a contratada será realizada através de correspondência oficial e anotações.

7.4. O contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (Lei nº 14.133/2021, art. 120).

7.5. Somente a contratada será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis, acidentários e tributários resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput).

7.5.1.A inadimplência da contratada em relação aos encargos ou indenizações não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

## **8. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

8.1. O pagamento será realizado dentro de 30 (trinta) dias, após a entrega dos produtos, mediante apresentação de Nota Fiscal e após atesto do setor competente, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Cada pagamento só será efetuado após a comprovação pela CONTRATADA de que se encontra em dia com todas as condições de habilitação exigidas na licitação, ou seja, mediante apresentação das certidões negativas de débitos com a Receita Federal, Estadual, Municipal, FGTS e Trabalhistas, em plena validade.

## **9. DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

9.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1.1.O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de licitação, na modalidade de Pregão Eletrônico, que culminará com a seleção da **proposta de menor preço por item**.

9.1.2.A forma de contratação mediante processo licitatório visa garantir a ampla concorrência entre os fornecedores garantindo a maior vantagem para a Administração Pública.

9.1.3.As exigências de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no Edital.

9.2. Qualificação Técnica:

9.2.1.Atestado(s) de Capacidade Técnica da licitante, emitido(s) por entidade da Administração Federal, Estadual ou Municipal, direta ou indireta e/ou empresa privada que comprove, de maneira satisfatória, a aptidão para desempenho de atividades pertinentes ao objeto a ser licitado.







**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**  
**- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

- a) No caso de atestados emitidos por empresa de iniciativa privada, não serão considerados aqueles emitidos por empresas pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente.
- b) Serão consideradas como pertencentes ao mesmo grupo empresarial da empresa proponente, empresas controladas ou controladoras da empresa proponente ou que tenham pelo menos uma mesma pessoa física ou jurídica que seja sócio da empresa proponente.

9.3. Apresentar os documentos abaixo, em original ou cópia autenticada e em plena validade, conforme a Lei n. 6.360/76, regulamentada pelo Decreto nº 79.094/77 e Portaria nº 2.814/98, alterada pela Portaria nº 3.765/98, ambas expedidas pela ANVISA:

- a) **Autorização de Funcionamento de Empresa (AFE)** de titularidade da empresa, participante efetiva da licitação, expedida pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde pertinente com o objeto licitado, para todos os itens. E se caso for cotar itens constante na relação do Regulamento Técnico sobre substâncias e medicamentos sujeitos a controle especial, aprovadas pela Portaria n.º 344/99 de 12/05/99 da Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, **também** deve ser apresentado a **Autorização Especial de Funcionamento** da empresa licitante, emitido pela ANVISA, ou cópia legível e autenticada da publicação no DOU;

a.1) caso a **AFE** esteja vencida, apresentar o documento vencido junto com o respectivo protocolo de renovação da ANVISA e a respectiva Guia de Recolhimento Bancário.

**PARAGRAFO ÚNICO – Fica dispensado, o Certificado de Boas Práticas de Fabricação, conforme Portaria MS nº 2.894, de 12 de setembro de 2018.**

## **10. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Caberá à CONTRATANTE supervisionar a execução do objeto, promovendo o acompanhamento e a fiscalização sob os aspectos quantitativos e qualitativos, bem como:

- a) Notificar, por escrito e verbalmente, a CONTRATADA sobre a ocorrência de eventuais imperfeições referente à execução contratual, especialmente quanto ao descumprimento das especificações técnicas, fixando prazo para a sua correção;
- b) Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições contratuais;
- c) Prestar à CONTRATADA todas as informações solicitadas e necessárias para o cumprimento do objeto;
- d) Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pela empresa na sua proposta;
- e) Colocar à disposição da CONTRATADA os elementos e informações necessárias à execução do objeto;
- f) Efetuar o pagamento devido, desde que cumpridas todas as formalidades e exigências do contrato;
- g) Aplicar multas ou penalidades, quando do não cumprimento do contrato ou ações previstas neste Termo;
- h) Fazer deduzir diretamente da fonte multas e demais penalidades previstas neste instrumento;
- i) Atuar com poder de império suspendendo a execução do contrato sem ônus para a administração a qualquer tempo, resguardando a CONTRATADA de seus direitos adquiridos.

## **11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**  
**- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

11.1. Caberá à CONTRATADA responsabilizar-se pelo fiel cumprimento do objeto contratual, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência, bem como:

- a) Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da execução do objeto, tomando as devidas providências para correção;
- b) Acatar as orientações do Fiscal do Contrato, sujeitando-se a mais ampla e irrestrita fiscalização por parte da CONTRATANTE;
- c) Assumir a responsabilidade por encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, civis, acidentários e tributários, decorrentes da execução do presente CONTRATO, sendo que a inadimplência da CONTRATADA com referência a esses encargos não transfere a CONTRATANTE a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto do presente contrato, sob pena de rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções;
- d) Refazer, reparar, corrigir, remover às suas expensas, conforme determinação do gestor, o objeto do CONTRATO em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução;
- e) Submeter-se a todos os regulamentos municipais em vigor.

## **12. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

12.1. Nos termos do art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, o descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA, sem justificativa aceita, poderá acarretar na aplicação de sanções.

12.2. A CONTRATADA poderá ser responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações administrativas:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- g) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.3. Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas descritas acima as seguintes penalidades, nos limites previstos no art. 156, Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave ([art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021](#));
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar.

12.4. As sanções previstas neste CONTRATO são independentes entre si, podendo ser aplicadas de forma isolada ou cumulativa, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, a depender do grau da infração cometida pelo CONTRATADO.

12.4.1. Fica garantido à CONTRATADA o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir de sua notificação, para recorrer das penas aplicadas nesta Cláusula. Decorrido este prazo, a penalidade passa a ser considerada na forma como foi apresentada.





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO GABRIEL DO OESTE**  
**- ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL -**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**

12.5. Quaisquer multas aplicadas deverão ser pagas espontaneamente no prazo máximo de 05 (cinco) dias na Tesouraria do Município de São Gabriel do Oeste/MS ou serão deduzidas de qualquer fatura ou crédito existente do CONTRATANTE em favor da CONTRATADA ou, ainda, cobrada judicialmente.

**12.5.1. Multa:**

1. moratória de 3 % (três por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30% (trinta por cento) nos dias correspondentes;
2. compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato no caso de inexecução total do objeto.
3. Ao valor da multa poderá ainda ser aplicado juros de mora de 1,00% (um por cento) ao mês, ou 0,0333% por dia de atraso.

12.6. As penalidades aplicadas serão, obrigatoriamente, anotadas no Certificado de Cadastro do Fornecedor.

**13. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta da seguinte dotação, podendo ter alterações:

Unidade: 020200 - Fundo Municipal de Saúde  
Programa de Trabalho: 10.301.0003.2029.0000 - Atenção Primária - ATB  
Elemento: 3.3.90.30.00 - MATERIAL DE CONSUMO  
Recurso Federal da Rede Alyne  
Recurso Programa Rede Cegonha  
(Emenda Impositiva nº 193 ao Projeto de Lei nº 47, de 29 de agosto de 2025)

A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Gabriel do Oeste, MS, data da assinatura eletrônica.

**Isaias Gonçalves do Nascimento Gois**  
Gestor de Compras





**MUNICÍPIO DE SÃO GABRIEL DO OESTE**

RUA MARTIMIANO ALVES DIAS, Nº 1211 - CENTRO - CNPJ: 15.389.588/0001-94

SÃO GABRIEL DO OESTE/MS - CEP 79.490-000

FONE: (67) 3295-2111



CÓDIGO DE ACESSO

200C926020F34D13B32E559B4627A975

**VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS**

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Para verificar a validade das assinaturas acesse o link abaixo

<https://saogabrieldooeste.flowdocs.com.br/public/assinaturas/200C926020F34D13B32E559B4627A975>